

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

273 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 15 a 19 de junho de 2026

1. CONSELHO EUROPEU DE JUNHO - CONCLUSÕES E DEBATES	1
1. Agenda e composição do Conselho	1
2. Principais debates - QFP 2028-34	2
3. Ucrânia, Rússia e China	3
2. UCRÂNIA- ABERTURA DE NEGOCIAÇÕES DE ADESÃO	4
3. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	4
Acordo comercial UE-EUA	4
Direitos dos passageiros dos transportes aéreos	5
Pacto sobre Migrações e Asilo	5
Alargamento	6
Alterações ao funcionamento do Plenário do PE	6
Outros debates	6
4. DEFESA - DESENVOLVIMENTOS	7
Reunião de Ministros da Defesa da NATO	7
Tecnologia e indústria de defesa: Feira EUROSATORY	7
5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - MOLDOVA	8
6. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - DIÁLOGOS DE RELATORES COM O PE	9
7. REUNIÕES DO CONSELHO	10
8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	10
Conselho Europeu	10
Parlamento Europeu	10
Comissão Europeia	10
Conselho da UE	10

1. CONSELHO EUROPEU DE JUNHO - CONCLUSÕES E DEBATES

1. Agenda e composição do Conselho

Tal como demos nota na Síntese anterior, o Conselho Europeu, presidido por António Costa, reuniu-se nos dias 18 e 19 de junho de 2026 em Bruxelas (agenda [aqui](#)). A reunião centrou-se nos principais dossiês estratégicos da atualidade, incluindo a Ucrânia, o Médio Oriente, o próximo Quadro Financeiro Plurianual, os desafios económicos globais, incluindo a relação com a China. As Conclusões adotadas estão [aqui](#).

Em termos de composição do Conselho, e com base numa análise do *think tank* do PE (disponível [aqui](#)) é de assinalar que a composição do Conselho Europeu registou alterações recentes refletindo desenvolvimentos políticos nacionais na **Bulgária, Hungria, Letónia e Eslovénia**. Os [quatro novos membros](#) são **Rumen Radev**, novo Primeiro-Ministro da Bulgária, eleito em 8 de maio, após a vitória do seu partido, *Progressive Bulgaria*, nas eleições legislativas de 19 de abril; **Péter Magyar**, novo Primeiro-Ministro da Hungria, que tomou posse em 8 de maio, depois da vitória expressiva do partido *Tisza* nas eleições parlamentares de 13 de abril, substituindo Viktor Orbán, que ocupava o cargo há 16 anos consecutivos; **Andris Kulbergs**, novo Primeiro-Ministro da Letónia, à frente de uma coligação aprovada pelo Parlamento letão em 28 de maio, após a demissão de Evika Siliņa; e **Janez Janša**, novo Primeiro-Ministro da Eslovénia, que regressa ao Conselho Europeu depois de já ter chefiado o Governo esloveno por três vezes, entre 2004-2008, 2012-2013 e 2020-2022.

Estas mudanças reforçam o peso do **Partido Popular Europeu — PPE¹** (Alemanha, Grécia, Croácia, Chipre, Luxemburgo, Hungria, Áustria, Polónia, Portugal, Eslovénia, Finlândia e Suécia) no Conselho Europeu, que passou a contar com **12 membros**, seguindo-se **Renew Europe/ALDE** (Estónia, Irlanda, França e Países Baixos) com **quatro**, o **PES/S&D** (Dinamarca, Espanha e Malta) com **três**, o **ECR — European Conservatives and Reformists** (Bélgica e Itália) com **dois**, os **Patriots for Europe/Patriots.eu** (Chéquia) com **um**, e **cinco membros independentes ou sem filiação europeia** (Bulgária, Letónia, Lituânia, Roménia e Eslováquia).

Members of the European Council

Figure 1 - Members of the European Council



¹No caso de Chipre, Nikos Christodoulides foi eleito como independente e não pertence atualmente a nenhum partido nacional, mas continua a participar regularmente nas reuniões preparatórias do PPE antes dos Conselhos Europeus.

2. Principais debates - QFP 2028-34

Como referimos na Síntese da passada semana, a Presidência cipriota do Conselho da União Europeia apresentou a **primeira *negotiating box* com montantes concretos relativa ao próximo Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034 (QFP)**. O documento constituiu o ponto de partida para as discussões ao nível dos Chefes de Estado e de Governo no Conselho Europeu.

A proposta cipriota aponta para um **orçamento de 1 730 mil milhões de euros em preços de 2025**, o que representa uma redução de cerca de 2%, ou 32,8 mil milhões de euros, face à proposta inicial da Comissão Europeia, que previa 1 760 mil milhões de euros em preços de 2025, incluindo 149 mil milhões de euros para reembolsos do *NextGenerationEU*. Em preços correntes, a proposta da Comissão ascendia a 1 980 mil milhões de euros, incluindo 168 mil milhões de euros para esses reembolsos.

Em percentagem do Rendimento Nacional Bruto da União, a proposta da Presidência cipriota corresponde a 1,23% do RNB, incluindo os reembolsos do instrumento de recuperação, ou 1,13% sem esses reembolsos. A proposta inicial da Comissão correspondia a 1,26% do RNB, ou 1,15% excluindo os reembolsos, enquanto o Parlamento Europeu aprovou uma posição equivalente a 1,27% do RNB, excluindo os reembolsos.

Na reunião do Conselho Europeu de 19 de junho, os Chefes de Estado ou de Governo voltaram a debater o futuro QFP 2028-2034, na sequência da primeira troca de impressões realizada na cimeira informal de Nicósia. O debate decorreu num contexto de crescente necessidade de definição política antecipada, tendo em vista a preparação da nova arquitetura orçamental da União, em particular dos futuros planos nacionais e regionais de parceria (*National and Regional Partnership Plans — NRPPs*). O Conselho Europeu apontou para a necessidade de alcançar um acordo definitivo “*até ao final do ano*”, incumbindo a próxima Presidência irlandesa do Conselho de preparar uma **nova *negotiating box*** até à cimeira de outubro.

A perspetiva de concluir um acordo político sobre o próximo QFR 2028-2034 até ao final de 2026 foi enquadrada, no debate entre os Estados-Membros, pela necessidade de evitar que calendários eleitorais nacionais condicionem a negociação no ano seguinte, em particular a eleição presidencial francesa da primavera de 2027. O Ministro adjunto alemão responsável pelos Assuntos Europeus, Gunther Krichbaum, referiu expressamente esse risco, assinalando que Jordan Bardella, Presidente do *Rassemblement National*, declarou recentemente pretender “reduzir a contribuição francesa para o orçamento da UE”, o que, segundo o responsável alemão, significa que os Estados-Membros se encontram perante uma “*forte pressão temporal*” e devem alcançar um compromisso “*até ao final deste ano*”. Em resposta, o Comissário europeu responsável pelo Orçamento, Piotr Serafin, procurou recentrar o calendário numa lógica institucional e operacional, defendendo que o acordo deve ser alcançado “*não por causa de eleições nacionais*”, mas para assegurar que os programas europeus possam entrar em vigor em 1 de janeiro de 2028.

Na antecipação do do Conselho Europeu de 18 e 19 de junho, os países dos “*Amigos da Coesão*” procuraram evidenciar o seu peso político e numérico na negociação do QFP 2028-2034, reunindo *16 Estados-Membros do Sul e do Leste da União — Bulgária, Croácia, Estónia, Grécia, Itália, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Portugal, República Checa, Roménia, Eslovénia, Eslováquia, Espanha e Hungria*. Esta coordenação visou reafirmar uma posição comum em defesa das políticas previstas nos Tratados, “*a começar pela Coesão, a Política Agrícola Comum e a Política Comum das Pescas*”, consideradas “*investimentos essenciais para o futuro da Europa*”, pelo seu contributo para a coesão económica, social e territorial, a segurança alimentar e a competitividade. Neste enquadramento, vários dirigentes defenderam um orçamento mais robusto e previsível: o Primeiro-Ministro espanhol, Pedro Sánchez, sustentou que os fundos agrícolas e de coesão deveriam ser preservados “*não apenas em valor nominal, mas também em valor real*”, enquanto o Primeiro-Ministro grego, Kyriakos Mitsotakis, associou a discussão orçamental à necessidade de um novo “*instrumento financeiro europeu significativo*” para investimentos comuns em defesa.

Em sentido diverso, os países designados como “*frugais*” ou “*modernizadores*” — Suécia, Países Baixos, Áustria, Alemanha e Dinamarca — mantiveram uma posição mais restritiva quanto ao volume global do orçamento e à evolução das contribuições nacionais. O Primeiro-Ministro sueco, Ulf Kristersson, recusou iniciar negociações com base num projeto de orçamento que considerou “*longe de ser aceitável*”, criticando um “*aumento brutal das contribuições nacionais*” e sublinhando que “*o conteúdo do orçamento e o dinheiro dos contribuintes*” são mais relevantes do que o calendário, acrescentando que a Suécia “*nunca fará compromissos apenas por estar pressionada pelo tempo*”. O Chanceler austríaco, Christian Stocker, advertiu, por seu lado, que os contribuintes líquidos, que financiam cerca de 62% do orçamento total da União, não podem ser “*o multibanco da União Europeia*”. A Primeira-Ministra dinamarquesa, Mette Frederiksen, colocou a tónica na reorientação das prioridades, defendendo mais investimento em “*defesa, tecnologia e energia*”, mas não em “*antigos programas agrícolas*”

O financiamento do próximo quadro financeiro constituiu igualmente uma dimensão central do debate, em particular a necessidade de **novos recursos próprios** que permitam alinhar as prioridades políticas da União com meios financeiros adequados.

3. Ucrânia, Rússia e China

O Conselho Europeu decidiu prorrogar por 12 meses — e já não por seis meses, como até agora — as sanções económicas da União Europeia contra a Rússia, em vigor desde 2024 e inicialmente aplicáveis até 31 de julho de 2026. Nas conclusões sobre a Ucrânia ([aqui](#)), adotadas a 27 pela primeira vez desde março de 2025, os dirigentes europeus reafirmaram que a União continua “*determinada*” a aumentar a pressão sobre Moscovo, em particular através da redução adicional das receitas energéticas russas, da limitação das operações da chamada “*frota fantasma*” e de novas restrições ao sistema bancário russo, apelando igualmente à rápida adoção do 21.º pacote de sanções. O texto reiterou ainda o apoio “*político, financeiro, económico, humanitário, militar e diplomático completo à Ucrânia e ao seu povo*”, num sinal de unidade quanto à necessidade de manter a pressão sobre a Rússia e de prosseguir o apoio europeu a Kyiv.

Apesar desta convergência geral, persistiram diferenças entre os Estados-Membros quanto ao ritmo do processo de adesão da Ucrânia e à eventual reabertura de canais diplomáticos com Moscovo. Depois da abertura, em 15 de junho, do primeiro grupo de capítulos de negociação após mais de dois anos de bloqueio húngaro, os dirigentes europeus declararam aguardar “*com interesse a abertura dos outros grupos de acordo com a abordagem baseada no mérito*”, mas a referência a fazê-lo “*o mais rapidamente possível*”, presente em versões anteriores das Conclusões, não constou do texto final.

No jantar de trabalho dedicado aos desafios macroeconómicos globais, realizado na noite de 18 de junho, os Chefes de Estado ou de Governo avançaram no sentido de uma posição europeia mais coordenada sobre a China, procurando responder aos desequilíbrios económicos e comerciais sem assumir uma lógica de confrontação com Pequim. A discussão confirmou uma leitura crescentemente convergente sobre a necessidade de corrigir os efeitos do agravamento do défice comercial europeu, das sobrecapacidades industriais chinesas e das restrições à exportação de materiais críticos. Nesse contexto, os dirigentes acordaram numa abordagem assente em dois eixos: por um lado, a continuação de um diálogo construtivo com os principais parceiros económicos da União, orientado para resultados concretos; por outro, o desenvolvimento e, “a prazo”, o eventual reforço dos instrumentos de defesa comercial e de política industrial da UE, de modo a assegurar que a União dispõe dos meios necessários para defender os seus interesses e reduzir riscos.

O debate revelou também a preocupação em preservar uma abordagem equilibrada, que combine firmeza na defesa dos interesses europeus com pragmatismo nas relações com a segunda maior economia mundial. O Presidente cipriota, Nikos Christodoulides, sublinhou a importância de uma posição comum, defendendo que “*a União Europeia, enquanto bloco de 27 Estados-Membros, deve adotar uma abordagem comum em relação à*

China”, uma vez que os europeus são “claramente mais fortes” quando negociam em conjunto. Ao mesmo tempo, o Primeiro-Ministro espanhol, Pedro Sánchez, advertiu para a necessidade de “construir pontes” com grandes economias e parceiros potenciais, incluindo a China, bem como com aliados tradicionais como os Estados Unidos. Como assinalou o Primeiro-Ministro luxemburguês, Luc Frieden, “uma só reunião não será suficiente para resolver este problema”, mas a persistência dos desequilíbrios económicos e comerciais foi apresentada como um risco significativo para as indústrias e economias europeias.

2. UCRÂNIA- ABERTURA DE NEGOCIAÇÕES DE ADESÃO

A União Europeia abriu formalmente negociações de adesão com a Ucrânia ([aqui](#)), depois de a Hungria ter levantado o bloqueio ao início desta etapa do processo. A cerimónia realizou-se no Luxemburgo, à margem de uma reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros, e marcou um passo político importante no percurso europeu de Kyiv, iniciado poucas semanas após a invasão russa em larga escala de 2022. A abertura do primeiro grupo de capítulos, relativo aos “*fundamentals*”, abrange matérias essenciais como o Estado de direito, os direitos fundamentais, o funcionamento das instituições democráticas, a reforma da administração pública e os critérios económicos. Este grupo inclui os capítulos sobre poder judicial e direitos fundamentais, justiça, liberdade e segurança, contratação pública, estatísticas e controlo financeiro.

O processo continuará a ser baseado no mérito e dependerá do cumprimento de metas intermédias definidas pela UE, em especial nas áreas do Estado de direito. Nos termos da metodologia revista do alargamento, o grupo dos **fundamentos** é o primeiro a ser aberto e o último a ser encerrado, pelo que o progresso nesta área determinará o ritmo global das negociações. A Ministra Adjunta dos Assuntos Europeus de Chipre, Marilena Raouna, qualificou este momento como um “marco histórico”, afirmando que “o futuro da Ucrânia e dos seus cidadãos está firmemente ancorado na União Europeia”. Do lado ucraniano, Taras Kachka, Vice-Primeiro-Ministro para a Integração Europeia, considerou tratar-se de “um passo definitivo rumo à adesão”, defendendo que os próximos avanços devem ocorrer “sem demora”.

3. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU

Esta semana, teve lugar a [sessão plenária do PE](#), em Estrasburgo. Destacamos o seguinte.

Acordo comercial UE-EUA

O PE aprovou, em votação final, dois atos legislativos que transpõem para o direito da União os compromissos pautais assumidos no âmbito da declaração conjunta UE-EUA de agosto de 2025 (detalhe [aqui](#)). A principal proposta, aprovada por 440 votos a favor, 151 contra e 50 abstenções, eliminou os direitos aduaneiros sobre produtos industriais dos EUA e previu acesso preferencial ao mercado da UE para determinados produtos do mar e agrícolas norte-americanos; a segunda, aprovada por 444 votos a favor, 152 contra e 54 abstenções, prorrogou a isenção de direitos aduaneiros para certos tipos de lagostas e lavagantes, incluindo produtos transformados. O texto final incorporou salvaguardas adicionais negociadas pelo Parlamento e pelo Conselho, incluindo uma cláusula de caducidade até 31 de dezembro de 2029, mecanismos de revisão e de suspensão das preferências pautais caso os EUA não cumpram determinadas condições, nomeadamente quanto ao tratamento dos derivados de aço e alumínio, bem como um mecanismo de salvaguarda para proteger a indústria e o setor agrícola europeus em caso de aumento das importações que possa causar prejuízo grave. O Presidente da Comissão do Comércio Internacional e relator permanente para os EUA, Bernd Lange (S&D, Alemanha), afirmou que, “apesar da pressão, o Parlamento manteve-se firme”, assegurando um acordo “mais forte para as empresas e os cidadãos europeus” e “salvaguardas muito mais robustas do que o inicialmente previsto”.

Direitos dos passageiros dos transportes aéreos

O Parlamento Europeu e o Conselho chegaram a acordo provisório sobre a revisão das regras da UE relativas aos direitos dos passageiros dos transportes aéreos e à responsabilidade das companhias aéreas, atualizando um quadro jurídico em vigor desde 2004 (detalhe [aqui](#) e [aqui](#)). O acordo *manteve o limiar de três horas de atraso para efeitos de indemnização*, bem como os montantes atualmente aplicáveis — *250 euros para voos até 1 500 km, 400 euros para voos intra-UE ou entre 1 500 km e 3 500 km, e 600 euros para os restantes voos*. Foram igualmente clarificados os direitos dos passageiros em caso de cancelamento, recusa de embarque, reembolso, reencaminhamento e assistência durante períodos de espera prolongados.

As principais alterações acordadas incluem:

- Indemnização por atrasos: manutenção do limiar de três horas de atraso para compensação financeira;
- Reembolso e reencaminhamento: reforço do direito dos passageiros em caso de cancelamento;
- Assistência durante a espera: clarificação da obrigação de fornecer bebidas, refeições, acesso à Internet, chamadas telefónicas e, quando necessário, alojamento e transporte;
- Informação aos passageiros: obrigação de as companhias aéreas fornecerem informação eletrónica clara sobre atrasos, cancelamentos e procedimentos de reclamação;
- Prazo de resposta: obrigação de resposta aos pedidos de indemnização no prazo de 30 dias;
- Bagagem de mão e transparência tarifária: indicação clara, desde o início da reserva, da bagagem incluída no preço do bilhete;
- Item pessoal gratuito: direito a transportar a bordo um item pessoal sem taxa adicional;
- Correção de nomes: possibilidade de corrigir gratuitamente erros ortográficos no nome do passageiro;
- Cartão de embarque: obtenção sem custos adicionais;
- Famílias e crianças: direito de acompanhantes de crianças com menos de 14 anos se sentarem em lugar adjacente sem custos adicionais;
- Passageiros vulneráveis: reforço da proteção de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Pacto sobre Migrações e Asilo

O Parlamento Europeu aprovou, em 17 de junho, o acordo provisório alcançado com o Conselho sobre o novo sistema comum da UE para o regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular, com **418 votos a favor, 218 contra e 30 abstenções** (detalhe [aqui](#)). O regulamento substituiu a diretiva de 2008 e visou harmonizar, simplificar e acelerar a execução das decisões de regresso, mantendo a referência ao respeito pelos direitos fundamentais, pelo direito internacional, pelo *princípio da não repulsão* e pela proibição das expulsões coletivas. Entre as principais alterações aprovadas constaram a obrigação de cooperação com as autoridades nacionais, a possibilidade de detenção com base numa avaliação individual — até 24 meses, com eventual prorrogação em determinadas condições —, o reforço do reconhecimento mútuo das decisões de regresso e a possibilidade de transferência para “polos de regresso” em países terceiros, com base em acordo celebrado por um Estado-Membro e sujeito ao respeito dos direitos humanos e do direito internacional. O texto terá ainda de ser formalmente adotado pelo Conselho e publicado no Jornal Oficial da União Europeia para entrar em vigor.

Na mesma semana, o Parlamento aprovou igualmente um relatório sobre migração e desenvolvimento, com **344 votos a favor, 237 contra e 66 abstenções**, defendendo uma abordagem que combine cooperação para o desenvolvimento e gestão da migração (disponível [aqui](#)). O texto sublinhou que a política de desenvolvimento

da UE deve continuar centrada na erradicação da pobreza, na redução das desigualdades e no desenvolvimento sustentável, em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo quando aborda as causas profundas da migração irregular e das deslocações forçadas. Os Deputados defenderam uma maior coerência entre políticas, o reforço da cooperação com países de origem e de trânsito, a prevenção da instrumentalização da migração e o combate ao tráfico de seres humanos e à introdução clandestina de migrantes. O relatório assinalou ainda que uma política baseada apenas em controlos fronteiriços, sem vias legais alternativas, pode deslocar as rotas migratórias e aumentar a exposição dos migrantes a redes de tráfico, extorsão e violência.

Alargamento

O PE debateu vários dossiês de alargamento, num momento em que esta política foi apresentada como instrumento central para a estabilidade, segurança e influência da União. Em relação à Ucrânia e à Moldávia, a Comissão dos Assuntos Externos (AFET) saudou a abertura das negociações sobre o Cluster 1 — Valores Fundamentais, considerando que esta etapa assinalou “*uma nova fase*” no percurso europeu dos dois países candidatos, após decisão unânime dos Estados-Membros ([aqui](#)). No mesmo contexto, a sessão plenária recebeu o Presidente do **Montenegro**, Jakov Milatović, que afirmou que o país está pronto para “*ligar o seu futuro ao futuro comum europeu*” e tornar-se o 28.º Estado-Membro da União (discurso [aqui](#)).

Quanto aos [Balcãs Ocidentais](#), o plenário do PE confirmou a avaliação dos progressos de cinco países candidatos ou potenciais candidatos, de que havíamos dado nota desenvolvida na Síntese n.º 271 ([aqui](#)) distinguindo entre avanços diferenciados e bloqueios persistentes (*Albânia, Bósnia e Herzegovina, Kosovo, Sérvia e Macedónia do Norte*).

Finalmente, em relação à Geórgia e à Turquia, o Parlamento adotou uma posição mais condicionada: no caso da Geórgia, defendeu que qualquer novo envolvimento da UE deve depender de passos “*tangíveis e verificáveis*” para inverter a regressão democrática; quanto à Turquia, assinalou que o processo de adesão continua paralisado desde 2018, apesar da importância estratégica do país, devido à ausência de reformas em matéria de Estado de direito, direitos humanos, normas democráticas, liberdade de imprensa e respeito pelo direito internacional (detalhe aqui: [Geórgia e Turquia](#)).

Alterações ao funcionamento do Plenário do PE

Na abertura da sessão plenária, a Presidente do PE, Roberta Metsola, apresentou um conjunto de alterações experimentais à organização dos trabalhos em plenário, aprovadas pela Conferência dos Presidentes, com o objetivo de testar regras mais previsíveis, estruturadas e orientadas para o escrutínio político. As medidas foram aplicadas durante a sessão de junho (detalhe [aqui](#)).

As **principais alterações** testadas incluíram: previsibilidade dos debates, com a definição de uma hora clara de início e de fim para cada ponto da ordem do dia; limitação do horário das sessões, que passaram a terminar às 20h30 de segunda-feira, às 19h00 de terça e quarta-feira e às 16h00 de quinta-feira, permitindo aos Deputados participar noutras reuniões parlamentares; maior participação da Comissão Europeia, com a possibilidade de intervir durante os debates para responder às intervenções dos Deputados; mais oportunidades de utilização do “*cartão azul*”, permitindo perguntas ou reações espontâneas durante os debates; declarações pessoais breves, para que os Deputados possam responder de imediato a observações feitas sobre si; sessão semanal de escrutínio da Comissão, às terças-feiras, às 15h00; continuação do novo formato especial para debates prioritários, sem ordem pré-determinada de oradores.

Outros debates

- [Novas regras para um setor automóvel europeu mais sustentável](#)

4. DEFESA - DESENVOLVIMENTOS

Reunião de Ministros da Defesa da NATO

Os Ministros da Defesa da NATO reuniram-se em 18 de junho, em Bruxelas, na última reunião ministerial antes da Cimeira de Ancara, prevista para o mês seguinte (detalhe [aqui](#)). O Secretário-Geral da NATO, Mark Rutte, afirmou que os Aliados fizeram “bons progressos” nas prioridades da Aliança, em particular no aumento e melhoria do investimento em defesa, com vista a assegurar as forças e capacidades necessárias para defender “cada centímetro do território aliado”. Rutte sublinhou que o objetivo comum é transformar os recursos financeiros em capacidades operacionais, assinalando que “*não se pode parar um míssil ou um tanque com um dólar ou um euro*” e que é necessário converter esse investimento em capacidades prontas para combate “rapidamente”. Neste quadro, destacou a importância de os Aliados europeus e o Canadá assumirem maior responsabilidade pela sua própria defesa, apoiados pelo poder militar dos Estados Unidos.

Nesta reunião, o Secretário norte-americano da Guerra, Pete Hegseth, anunciou o lançamento de uma revisão, com duração máxima de seis meses, da presença militar dos Estados Unidos na Europa. Segundo Hegseth, tratou-se de um “*verdadeiro reexame*”, destinado a assegurar que a NATO avance “*rapidamente e de forma irreversível*” para uma maior liderança europeia e que os Aliados assumam “*plenamente a responsabilidade pela defesa da Europa*”. O responsável norte-americano enquadrou esta revisão na necessidade de adaptar o dispositivo militar dos EUA às suas prioridades globais, incluindo a **definição clara de acessos, bases e direitos de sobrevoo**, e reiterou que a contribuição anual norte-americana será “condicionada ao respeito dos objetivos de despesa de defesa dos outros países”, advertindo que, quando os restantes Aliados não invistam com a urgência necessária, as contribuições dos EUA poderão diminuir. Mark Rutte referiu a necessidade de uma “*NATO 3.0*”, isto é, uma Aliança “*reiniciada para a era moderna*”, e destacou também a declaração dos Aliados no Grupo de Planeamento Nuclear, que reafirmou o compromisso com a dissuasão nuclear da NATO, incluindo a modernização das capacidades, a melhoria do planeamento e a adaptação da dissuasão às necessidades atuais (declaração [aqui](#)).

À margem da reunião ministerial, teve ainda lugar uma reunião do Grupo de Contacto para a Defesa da Ucrânia, com a participação do Presidente Volodymyr Zelenskyy.

Tecnologia e indústria de defesa: Feira EUROSATORY

A **Eurosatory 2026**, que decorreu de 15 a 19 de junho de 2026, no Parc des Expositions de Paris-Nord Villepinte, afirmou-se como um dos principais encontros internacionais dedicados à defesa e segurança terrestres e aéroterrestres, reunindo governos, forças armadas, industriais, investidores, inovadores, instituições e organizações internacionais (detalhe [aqui](#) e apresentação [aqui](#)). O evento foi organizado pela Coges Events, entidade especializada na conceção e organização de feiras e eventos internacionais nos setores da defesa e segurança, integrada no universo do *GICAT — Groupement des industries françaises de défense et de sécurité terrestres et aéroterrestres*, associação representativa da indústria francesa nestes domínios. Esta ligação institucional confere à Eurosatory uma ancoragem no ecossistema industrial francês de defesa e segurança, mantendo simultaneamente uma vocação internacional enquanto plataforma de apresentação de capacidades, desenvolvimento de parcerias industriais e diálogo entre decisores públicos, forças armadas e empresas. Desde 1967, a Eurosatory consolidou-se como salão de referência mundial para a defesa e segurança, apresentando-se como uma plataforma estratégica de inovação tecnológica, reflexão estratégica e cooperação internacional, com uma abordagem centrada no tripé defesa, segurança e gestão de crises.

A edição de 2026 evidenciou uma dimensão internacional alargada, com mais de 2 600 expositores de 68 países, 40 pavilhões nacionais, mais de 350 delegações oficiais esperadas provenientes de 100 países. É de destacar o **crescimento da presença ucraniana, que passou de 5 expositores em 2024 para 80 em 2026**, bem como o reforço de delegações como a Alemanha, com mais de 200 expositores, a Polónia, a Eslováquia e a Arménia, e

a participação, pela primeira vez, de empresas provenientes do Chile, Islândia, Liechtenstein, Malta, Marrocos, Nigéria, Uzbequistão e Vietname. A feira procurou ainda refletir a crescente interligação entre os domínios terrestre, aéreo, naval, espacial e cibernético, incluindo soluções de comunicações por satélite, cibersegurança, apoio interarmas, proteção de infraestruturas críticas, vigilância de fronteiras, gestão de emergências e tecnologias duais destinadas às forças de defesa, segurança interna e proteção civil.

Neste contexto de reforço das capacidades industriais e tecnológicas de defesa, importa dar nota de que a Comissão Europeia anunciou, em 17 de junho, o alargamento do financiamento europeu à investigação e inovação a **tecnologias de defesa e de duplo uso**, com aplicações civis e militares, na sequência da alteração do programa de trabalho de 2026 do **Conselho Europeu da Inovação (EIC)**.

As start-ups e PME que desenvolvam tecnologias de duplo uso passaram a poder candidatar-se a subvenções até **2,5 milhões de euros** e a investimentos em capital até **30 milhões de euros**, no âmbito dos programas **EIC Accelerator** e **STEP Scaleup**. Em paralelo, foi lançado um novo convite à apresentação de projetos, o **EIC STEP Defence Scale Up**, no valor de **100 milhões de euros**, aberto a empresas da UE, dos países do Espaço Económico Europeu associados ao Horizonte Europa e da Ucrânia. Este instrumento prevê financiamento direto em capital até **30 milhões de euros** para acelerar o desenvolvimento de capacidades industriais em áreas como a defesa aérea e antimíssil, drones, sistemas antidrones e outras tecnologias críticas de defesa, com o EIC a co-investir em rondas de financiamento de maior dimensão, normalmente entre **50 e 150 milhões de euros**.

SCALING EUROPE'S STRATEGIC TECHNOLOGIES
EIC funding pathways for dual-use and defence innovation

TWO PATHWAYS TO HELP YOU SCALE

DUAL-USE PATHWAY
EIC Accelerator and STEP expansion

DEFENCE SCALE-UP PATHWAY
EIC STEP Scale Up Defence Call

FOR WHOM

- Start-ups, SMEs & small mid-caps (≤499 employees)
- Dual-use technologies (civil + defence markets)
- Early scaling stage (from TRL 6 and above)
- EU Member States and Horizon Europe associated countries

EXAMPLES OF TECHNOLOGY

AI • quantum • robotics • space • cyber • advanced materials

FUNDING

Up to **€2.5m** grant | Up to **€10m** equity

TIMING

Start proposals & STEP submission any time
Full proposals as from 9 July 2026
Bidding dates: standard cycles

FOR WHOM

- Start-ups, SMEs & small mid-caps (≤499 employees)
- Critical defence technologies
- Scaling stage (from TRL 6 and above)
- EU Member States, EEA countries associated to Horizon Europe, Ukraine
- ≥20% private co-investment must be secured before application

EXAMPLES OF TECHNOLOGY

Air & missile defence • Artillery & Precision Strike Drones & Counter-Drones • Strategic Enablers • Cyber, AI & Electronic Warfare • Military Mobility • Ground Combat • Maritime • Air Combat • Medical & Countermeasures

FUNDING

€10-30m equity per company | **€50-150m** total round size | Private investment commitment required

TIMING

Call opens: 30 June 2026
Deadline: 28 October 2026, 17:00 CET
Evaluation results: early 2027

Apply now

5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - MOLDOVA²

A reunião entre a Comissão de Integração Europeia (CEI) do Parlamento moldavo e os representantes das Comissões de Assuntos Europeus (CAE) dos Parlamentos dos países do Sul (Espanha, Grécia, Itália e Portugal), que se realizou no Parlamento moldavo, em Chisinau, nos dias 14 a 15 de junho de 2026, teve como propósito a troca de pontos de vista sobre os temas da agenda política europeia e a manifestação de apoio ao processo de adesão da Moldova à UE, concluindo com a assinatura de uma Declaração Conjunta. A delegação da CAE da Assembleia da República foi composta pela Presidente da CAE, **Deputada Edite Estrela (PS)**, e pelo 1.º Vice-Presidente da CAE, **Deputado Ricardo Carvalho (PSD)**.

A reunião coincidiu com o dia da abertura oficial das negociações do 1.º capítulo (Questões Fundamentais) do processo de adesão da Moldova à UE, de que todos se regozijaram, com o objetivo de aderir à UE, com o Montenegro e a Albânia, em 2028. A Cimeira UE-Moldova terá lugar a 22 de junho ([aquí](#)). O debate incidiu no esforço reformista desenvolvido pelo país, sobretudo na reforma da justiça, do sistema bancário, do sistema fiscal, do setor da energia, do setor do turismo, da administração pública, dos padrões de qualidade, de produção e do trabalho e na luta anticorrupção, bem como na importância de debater e comunicar as reformas com a população.

² Ponto elaborado por Maria Teresa Paulo, assessora da Comissão de Assuntos Europeus.



Foi referida a criação, pela CIE, de um conselho consultivo de peritos, de base voluntária (através do lançamento de um processo de candidaturas *online*), com vista a possibilitar a participação dos cidadãos que se queiram envolver e fazer parte desta oportunidade de transformar o país e de peritos que queiram contribuir com o seu apoio técnico. Foi, também, salientada a generosidade do povo moldavo no acolhimento de refugiados ucranianos durante os quatro anos do conflito com a Rússia, tendo demonstrado não só solidariedade para com um país vizinho em dificuldades, mas também um profundo compromisso com os valores que definem a Europa. No fim da reunião, os chefes das delegações da Grécia, Itália, Moldova e Portugal participaram numa Conferência de Imprensa sobre o teor da reunião e da Declaração Conjunta.

As delegações presentes participaram ainda numa sessão-debate sobre o processo de adesão da Moldova à UE com estudantes universitários, na Universidade Estatal da Moldova (USM). Esta reunião sucedeu a uma reunião realizada nos mesmos moldes com os presidentes das CAE dos Parلامentos dos países nórdicos e antecedeu uma reunião prevista com os presidentes das CAE dos Parلامentos dos países francófonos.

6. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - DIÁLOGOS DE RELATORES COM O PE³

- ***Diálogo Político sobre o Fundo Europeu para a coesão económica, social e territorial, agricultura, desenvolvimento rural, pescas e assuntos marítimos, prosperidade e segurança***

Realizado a 2 de junho, o diálogo consistiu numa troca de pontos de vista com os correlatores do Parlamento Europeu Karlo Ressler (BUDG), Andrey Novakov (REGI) e Elsi Katainen (AGRI) sobre a proposta legislativa 2025/0240(COD), relativa ao futuro Fundo Europeu para a Coesão Económica, Territorial e Social, a Agricultura e o Meio Rural, as Pescas e o Setor Marítimo, a Prosperidade e a Segurança para 2028-2034. O debate incidiu, em particular, sobre a proposta da Comissão Europeia de reunir várias políticas e programas num único instrumento financeiro assente em Planos Nacionais e Regionais de Parceria.

Em representação da Assembleia da República participaram a *Deputada Adriana Rodrigues (PSD)*, e os *Deputados António Mendonça Mendes (PS)*, *Pedro Tavares (CH)* e *Amílcar Almeida (PSD)*. No total, participaram 18 Deputados, representantes de 11 Parلامentos nacionais. As intervenções dos Deputados portugueses defenderam a preservação da política de coesão, da PAC, do desenvolvimento rural e das pescas como políticas estruturantes da UE, alertando para o risco de diluição dos seus objetivos específicos num fundo único. Foram igualmente sublinhadas a necessidade de financiamento adequado e previsível, o reforço do princípio da parceria e da governação multinível, a participação das autoridades regionais e locais, bem como a importância do apoio às regiões mais vulneráveis, incluindo as regiões ultraperiféricas.

³ Ponto elaborado pelas equipas de apoio da Comissão de Assuntos Europeus e da Comissão de Agricultura e Pescas.

O diálogo confirmou uma preocupação alargada entre os parlamentos nacionais quanto ao eventual enfraquecimento das políticas tradicionais da UE perante novas prioridades, evidenciando simultaneamente consenso quanto à necessidade de preservar dotações específicas para a coesão e a PAC no próximo Quadro Financeiro Plurianual.

- ***Diálogo Político sobre a reforma da Política Agrícola Comum para 2028-2034***, 3 de junho

O diálogo consistiu numa troca de pontos de vista com o **relator do Parlamento Europeu para a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) para 2028-2034**, Norbert Lins (AGRI), sobre as principais orientações da futura PAC no contexto do próximo Quadro Financeiro Plurianual. O debate incidiu sobre o futuro financiamento da PAC, a preservação da sua natureza comum, o desenvolvimento rural, a renovação geracional, a simplificação administrativa e os desafios associados à competitividade, segurança alimentar e sustentabilidade ambiental da agricultura europeia.

Em representação da Assembleia da República participaram os *Deputados Joaquim Barbosa (PSD) e João Lopes Aleixo (CH)*. No total, participaram 27 Deputados, representantes de 17 Parlamentos nacionais. As intervenções defenderam a preservação da PAC como uma política verdadeiramente comum da UE, dotada de financiamento adequado e instrumentos próprios, manifestando preocupação com o risco de renacionalização, perda de previsibilidade dos apoios e enfraquecimento do desenvolvimento rural caso a PAC seja integrada num fundo europeu mais abrangente. Foi ainda sublinhada a importância de manter a estrutura assente em dois pilares, apoiar as regiões rurais e ultraperiféricas, promover a renovação geracional e responder a desafios como a seca, a escassez de água, o despovoamento e o envelhecimento da população agrícola. O diálogo confirmou uma preocupação amplamente partilhada quanto à preservação da natureza comum da PAC, do seu financiamento adequado e dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural.

7. REUNIÕES DO CONSELHO

As reuniões do Conselho neste período podem ser consultadas [aqui](#).

8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada às [Comissões parlamentares do PE](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) será a [24 de junho](#), com o *omnibus* sobre tributação, e reforço da Europol e da Eurojust.

Conselho da UE

O [calendário](#) está disponível: 22/06 - [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#); 25/06 - [Conselho \(Ambiente\)](#).

Bruxelas | 19 de junho de 2026

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada [aqui](#)).

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) e [aqui](#) (base pesquisável)